



A TRAJETÓRIA RECENTE DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: DOS MODELOS NACIONAIS À ESCALA MESORREGIONAL.

João Assis Dulci

Resumo: Este texto visa demonstrar as alterações no debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil à luz das transformações nas formas de acumulação capitalista no cenário global. Busca-se, através de uma breve leitura das trajetórias de desenvolvimento dos países centrais, evidenciar que as reformas do modo de produção capitalista proporcionaram uma mudança de escalas de desenvolvimento, impulsionando estratégias localizadas.

Palavra-chave: Desenvolvimento; Estado; escalas de desenvolvimento.

A RECENT TRAJECTORY OF DEVELOPMENT IN BRAZIL: FROM THE NATIONAL MODELS TO THE MESORREGIONAL SCALE.

Abstract: This paper intends to demonstrate the changes in Brazil's debate about economic development, according to the transformations in capitalist accumulation forms worldwide. We seek, through a brief reading of the development trajectories in central countries, to show that the reforms of the capitalist mode of production provided a change in development scales, pushing localized strategies.

Key-words: Development; State; development scales;

O século XX guardou, para os países em desenvolvimento, interessantes clivagens na sua busca pelo desenvolvimento econômico. O tema, caro a várias escolas de pensamento e, posteriormente, objetivado por importantes institutos nacionais e internacionais.

O nosso objetivo é o de demonstrar como as estratégias de desenvolvimento nacional alteraram seu foco, em consonância com as transformações no regime de acumulação do modo de produção capitalista. Grandes projetos nacionais de desenvolvi-



mento foram observados a partir da década de 1930, com a tentativa de construção de um estado de bem-estar social mínimo e geração de infraestrutura básica, principalmente nos ambientes urbanos (mais intensamente a partir dos anos 1950). Num segundo momento, passamos a ter estratégias de desenvolvimento em escala macrorregional, num esforço, pelo menos teórico, de impulsionamento do desenvolvimento em territórios periféricos e complementares em escala subnacional. Num terceiro período, nossos esforços de desenvolvimento foram redirecionados para escalas meso e microrregionais, já no fim do século passado.

O ponto que defendo neste trabalho é que as mudanças nas configurações das políticas e estratégias de desenvolvimento responderam às grandes transformações nas formas de acumulação capitalista. No caso brasileiro, se alterando do esforço de construção de um compromisso fordista de características incompletas, ou fordismo periférico¹ para um regime de acumulação flexível, que parece ainda não ter configurado um compromisso como o regime anterior, mas se faz dominante desde a década de 1980. Trato, pois, de aproximadamente 70 anos de nossa história, de forma breve, apenas com o intuito de demonstrar os esforços de adequação do Brasil às mudanças do modo de produção dominante. A nossa conclusão coaduna algumas inquietações dos primeiros estudiosos da CEPAL, de autores desenvolvimentistas nacionais e de alguns importantes pensadores estrangeiros, no sentido de confirmar que o desenvolvimento nacional se deu por saltos concentrados regionalmente, não sendo bem-sucedido no sentido de superar obstáculos históricos que nos impediram de ascender à categoria de país desenvolvido, tampouco de se constituir num desenvolvimento integrado nacionalmente. Ao longo das décadas aqui em destaque, entendemos que nosso desenvolvimento se deu a partir de plataformas de desenvolvimento integradas apenas parcialmente com estados de participação complementar e intermediária². Obviamente que não podemos afirmar que a nossa situação no início deste século seja comparável aos enclaves econômicos que tínhamos ao longo de muitas das décadas do século XX. Ainda estamos num estágio de desenvolvimento parcial. Por fim, destacaremos algumas tentativas recentes de

¹ LIPIETZ, A.: O fordismo periférico. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, nº10, v. 2, 1989.

² Sobre o tema, ver DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.



integração dos eixos de desenvolvimento nacional, como a expansão da malha ferroviária nacional e saída para o pacífico, dentre outras iniciativas.

Lançaremos mão de três importantes chaves conceituais neste trabalho: o conceito de desenvolvimento e suas clivagens; o papel do Estado como agente do desenvolvimento como fim e como estratégia; e a noção de região, brevemente ancorados em algumas noções emprestadas da Geografia.

Um breve debate conceitual

As principais *teorias* sobre desenvolvimento remontam mais fortemente ao período do pós-Segunda Guerra Mundial e da intensificação da Guerra Fria³. O *tema* do desenvolvimento, em sentido mais amplo, é bastante mais antigo, podendo ser localizado no início do pensamento da Economia Política. A questão da riqueza das nações havia sido tratada por Adam Smith e por David Ricardo, no início do pensamento liberal, como “indicador da prosperidade ou decadência das nações. Para esta corrente de pensamento, o conceito de riqueza diz respeito, diretamente, ao potencial produtivo de uma comunidade, traduzindo-se em ‘conjunto de bens que um país pode obter, dada a natureza de seu solo e clima e sua situação relativamente a outros países’”⁴. Enquanto para a corrente neoclássica a ideia de riqueza associa-se a uma situação hipotética de maximização do bem-estar individual, o conceito de desenvolvimento pressupõe um processo um pouco mais dinâmico, de transformações da estrutura econômica e social. Inicialmente de cunho naturalista, a evolução não previa saltos tecnológicos por efeitos de-

³ ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011. FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003[1973]. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959]. KOTHARI, R. *Rethinking Development: In Search Of Humane Alternatives*, Nova Iorque: New York Press, 1989. SUNKEL, O.; PAZ, P. *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum. 1974. PINTO, L. A. C. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Record, 2000. dentre inúmeros outros.

⁴ SUNKEL, O.; PAZ, P. *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum. 1974. P. 25.



monstrativos, ou por transferências tecnológicas, mas um movimento linear. O desenvolvimento, no entanto, é um estado que pressupõe desequilíbrios⁵.

Dois outros conceitos que se associaram à ideia de desenvolvimento são o de progresso, que inclui em suas análises os avanços tecnológicos, e o de crescimento, que também pressupõe o anterior, mas que se volta para análise de momentos críticos. Já com a ideia de crescimento, surge a necessidade de se analisar a questão do conjunto da economia, incluindo diversas variáveis nos estudos. Daí a ideia da discrepância entre países e entre regiões, situando o crescimento e o desenvolvimento em um continuum, em que algumas unidades analíticas encontram-se em estágio de subdesenvolvimento ante aquelas mais desenvolvidas.

Raúl Prebisch, no texto fundador da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), busca problematizar a necessidade de se dar um salto qualitativo de desenvolvimento nos países latino-americanos, incluindo a formação de tecnologias nacionais, em consonância com a redução da dependência externa, reduzindo ou zerando a discrepância nas condições de troca⁶.

Em texto escrito no início dos anos 1960, Luiz de Aguiar Costa Pinto retoma a preocupação de Prebisch e confirma os desafios do contexto que seria posteriormente relatado por Rajni Kothari⁷: “a análise dos obstáculos ao desenvolvimento é parte essencial do estudo do próprio desenvolvimento”⁸. A grande meta era, então, reproduzir o caminho de desenvolvimento atingido pelas potências do mundo ocidental⁹, que funcionavam como uma espécie de efeito demonstração.

⁵ SUNKEL, O.; PAZ, P.O. *subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum, 1974

⁶ Prebisch não defende uma autonomização econômica total dos países, mas, numa linha afeita às teorias de David Ricardo, a busca por vantagens qualitativas nas condições internacionais de troca, com diminuição das volatilidades de preços que fragilizam as economias nacionais dependentes de commodities de baixo valor agregado. PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Record, 2000

⁷ KOTHARI, R. *Rethinking Development: In Search Of Humane Alternatives*, Nova Iorque: New York Press, 1989.

⁸ PINTO, L. A. C. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. P. 86.

⁹ KOTHARI, R. *Rethinking Development: In Search Of Humane Alternatives*, Nova Iorque: New York Press, 1989.



O desenvolvimento das potências ocidentais contrastava com o subdesenvolvimento dos países do então chamado Terceiro Mundo, que não conseguiam dar o salto de modernização. Para Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, também debruçados sobre o tema da superação dos obstáculos, isso se devia a uma relação de complementaridade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento¹⁰.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, são dois aspectos do mesmo fenômeno, processos historicamente simultâneos, vinculados funcionalmente e, portanto, interatuantes e reciprocamente condicionadores, dando como resultados, num plano, a divisão do mundo entre países industriais, avançados, ou ‘centros’, e países subdesenvolvidos, atrasados ou ‘periféricos’; e, em outro plano, a repetição deste processo *dentro* dos países subdesenvolvidos, divididos em áreas modernas ou avançadas e áreas, grupos e atividades atrasados, primitivos e dependentes. O desenvolvimento e subdesenvolvimento podem ser entendidos, então, como estruturas parciais – mas interdependentes – que compõem um sistema único¹¹.

Sunkel e Paz levantam dois temas relevantes. O primeiro é também chamado de “atraso”¹² em termos de desenvolvimento e é percebido nos momentos de subdesenvolvimento, gerando a necessidade de diferentes estratégias para se alcançar o patamar das economias mais desenvolvidas. O segundo, o das desigualdades regionais e relacionais. Se no primeiro, basicamente, estamos tratando de escalas nacionais, as desigualdades “dentro dos países subdesenvolvidos”, de que falam Sunkel e Paz¹³, estariam em escala subnacional.

Em sua obra clássica “*Economic backwardness in historical perspective*”, Alexander Gerschenkron propôs um modelo analítico baseado em recuperações históricas sobre a situação do atraso. Para ele, os países “atrasados” tendem a ter seu desenvolvi-

¹⁰ Nas palavras de Celso Furtado, sobre a mesma temática: “(...) infere-se que o subdesenvolvimento não pode ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna”. FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003[1973]. P. 88.

¹¹ SUNKEL, O.; PAZ, P. *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum. 1974. P. 4.

¹² GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspectives – a book of essays*. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1962

¹³ SUNKEL, O.; PAZ, P. *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum. 1974.



mento por caminhos fundamentalmente diferentes dos países avançados, justamente por sua situação inicial. Isso não invalida que se almeje atingir o nível de desenvolvimento de um país mais avançado. No entanto, não só os caminhos traçados serão diferentes, como em velocidades e estruturas industriais organizacionais e produtivas diferentes¹⁴. Segundo Gerschenkron, quanto maior o atraso, menor a possibilidade de que os obstáculos ao desenvolvimento se removam sem a participação do Estado como fiador do desenvolvimento industrial, uma vez que os capitalistas em atividade naquele local não terão condição suficiente para investimentos em indústrias intensivas em capital (Idem; ibidem).

Em processos mais recentes, Alice Amsdem observa que a intervenção estatal pode se dar no sentido da promoção da concorrência por investimentos estrangeiros diretos, via corporações multinacionais, e não pela promoção de empresas nacionais intensivas em capital, como se pensava no período pós-Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, os influxos diretos internacionais cumpririam o papel do próprio Estado em termos de capacidade de investimentos¹⁵. Esses pontos, no entanto, convergem com Gerschenkron no sentido de que, quanto mais atrasado o desenvolvimento em determinado país, maiores as chances de esse investimento ser tocado por agentes de capital estrangeiro. Amsdem também reafirma a necessidade de atuação de bancos de investimentos nacionais nos processos de “*catching up*”, ou seja, de desenvolvimento rápido sem a necessidade de geração de tecnologia nacional.

Tratando das escalas subnacionais, conforme o amálgama de interações econômicas, políticas e sociais e seus sistemas de governança¹⁶, podemos dizer que o Brasil reflete (por seus processos de desenvolvimento e por suas dimensões) um sem número de desigualdades inter-regionais. As raízes desse problema são extensas e amplamente

¹⁴ O autor, inclusive pela época em que escreveu seu texto, também abraça a ideia de que o desenvolvimento se daria, principalmente, pela via industrial. GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspectives – a book of essays*. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1962

¹⁵ AMSDEN, Alice H. *The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

¹⁶ MACLEOD, G. El replanteo del Nuevo Regionalismo: globalización y la nueva versión del espacio económico político. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.



consolidadas em trabalhos consagrados¹⁷. No entanto, a natureza histórica da questão refletiu-se de forma intensa no século XX. Observando tal contexto, Celso Furtado afirma que, para ser o desenvolvimento um evento de forma vigorosa e equânime, o processo deve ser arbitrado pelo governo central¹⁸. Não somente no sentido do direcionamento dos investimentos, como no controle dos tipos de indústrias que devem aportar em determinado território e em qual região. Além disso, segundo Furtado, é papel do Estado, ocupar-se das tensões sociais que o subdesenvolvimento gera, criando e captando aspirações coletivas pelo desenvolvimento. Em suas palavras,

A análise de Furtado joga luz sobre o aguçamento dos diferenciais econômicos em escala subnacional. O jogo corporações-Estados acabou por direcionar os investimentos impulsionadores de desenvolvimento no Brasil, como em diversos outros países. Esse movimento tende a gerar um processo de concentração de desenvolvimento e de expansão econômica em uma determinada região, distinguindo-a ainda mais das outras, que ficam numa situação “retardatária” ou de “atraso”:

Tal expansão, em princípio, segue a lógica do mercado: uma estrutura industrial constitui-se em geral por aglomeração, descentralizando-se com o tempo num esquema de divisão espacial do trabalho que favorece algumas áreas em detrimento de outras. Sob o prisma estritamente econômico, portanto, as alternativas de uma região retardatária são escassas em relação às de uma região avançada, a qual tende a concentrar cada vez mais recursos pelo fato mesmo de estar à frente¹⁹.

A partir das teorias e da compreensão de que o processo de desenvolvimento incorre em diferenciações regionais, jogamos luz sobre o debate acerca do desenvolvimento regional, buscando compreender as “interações sistemáticas entre desenvolvimento e espaço”, ou o “processo de desenvolvimento em sua dimensão espacial”²⁰.

Compreendendo o conceito de região como aquela “que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais,

¹⁷ Ver, por exemplo, Furtado, Celso: *A formação econômica do Brasil*, 1959; PRADO JÚNIOR, Caio: *A formação do Brasil contemporâneo*, 1942, dentre uma série de outros.

¹⁸ FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003[1973].

¹⁹ (DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. P. 19.

²⁰ FRIEDMAN, J. A general theory of polarized development, In: THE FORD FOUNDATION: *Urban and regional advisory program in Chile*. Santiago, The Ford Foundation, 1967.



culturais e políticas, espacialmente variáveis”²¹, temos que distintos resultados de processos produtivos podem resultar em ganhos ou perdas, sempre se pensando aquela porção territorial específica como inserida em um contexto relevante, que ali atua. Podemos acrescentar elementos da tipologia proposta por AnssiPaasi²². Seu artigo sobre institucionalização das regiões afirma que é essa institucionalização o processo pelo qual uma unidade territorial se torna uma entidade estabelecida na estrutura espacial e pode, portanto, ser identificada em termos de práticas institucionalizadas e consciência social nas esferas política, econômica, cultural e administrativa, sendo continuamente reproduzidas nessas práticas²³. Por fim, pode-se dizer das regiões que

(...) são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais da sociedade. Neste sentido, os estudos dizem respeito à investigação da base operativa, o *locus* espacial em que se concretizam tais processos, e à análise dos centros de decisão e dos sujeitos históricos determinantes destes processos²⁴.

Outro trabalho clássico que se propôs a compreender o funcionamento geral do desenvolvimento em escalas subnacionais é o de Gunnar Myrdal: “Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas”. Nele, Myrdal afirma que “o jogo de forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais”, requisitando ações do Estado para reduzir o impacto dos efeitos de desigualdade²⁵. De acordo com o autor sueco, embora os empreendimentos busquem condições favoráveis de êxito em determinadas regiões com vantagens competitivas, como recursos naturais e acesso a mercados, o desenvolvimento de uma dada região pode contar também com elementos de natureza histórica, como o pioneirismo de uma empreitada bem-sucedida, criando um ambiente atrativo a outros negócios. Esse fenômeno se dá às custas das outras regiões, que não lograram êxito em abrigar tal investimento, indutor de desenvolvimento.

²¹ CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ed. Ática, 2000. P. 23.

²² AnssiPaasi (2000)

²³ PAASI, A. *Re-constructing regions and regional identity*. Nijmegen: NethurLecture, 2000.

²⁴ BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado, Curitiba, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n.107, jul/dez 2004. P 62.

²⁵ MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Editora Saga, 1960.



Gera-se, portanto, o que Myrdal chama de “efeito regressivo”²⁶ nas regiões não desenvolvidas, que impulsiona uma “tendência natural à desigualdade regional”²⁷.

Em oposição aos efeitos regressivos, Myrdal concebe a existência de “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, “que se propagam do centro de expansão econômica para outras regiões”²⁸. Trata-se de uma espécie de transbordamento do desenvolvimento, que favorece regiões contíguas ao centro de desenvolvimento, também as impulsionando ao progresso técnico. Esses efeitos também podem atingir regiões ainda mais distantes, que forneçam, por exemplo, matérias primas para as indústrias dos centros dinâmicos.

Os movimentos regressivos ou propulsores operam ao mesmo tempo. Caso as forças do mercado ajam livremente, sem qualquer tipo de regulação, a tendência é de concentração nas regiões que sofrem os efeitos propulsores, agudizando os efeitos regressivos em regiões menos desenvolvidas. Esses efeitos tendem a resultar em progresso ou estagnação. Os efeitos propulsores direcionados para a qualificação dos diversos “fatores propulsores”, como serviços públicos, recursos humanos, poupança e investimento, podem gerar progresso rápido e contínuo.

A presença do Estado no presente debate reforça a importância do ambiente político, enfraquecendo uma possível explicação meramente econômica para diferentes estágios de desenvolvimento. A variável política age no sentido de formulação de diretrizes e estratégias que compensem determinadas distorções inter-regionais em termos de desenvolvimento. Essas políticas enfrentam maiores dificuldades em países menos desenvolvidos²⁹, uma vez que o montante de recursos a renunciar é mais escasso entre classes ou regiões³⁰.

Os estudos mais recentes de desenvolvimento regional tenderam a valorizar conceitos modernos como inovação e “empoderamento” local, mas frequentemente esbar-

²⁶ Aqui entram também fatores demográficos e fatores econômicos e não-econômicos, como serviços públicos de qualidade declinante, movimentos de saída de empresários e população, aumento de pobreza e sua consequência nos índices de natalidade, dentre outros. MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Editora Saga, 1960.

²⁷ MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Editora Saga, 1960. P. 44.

²⁸ MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Editora Saga, 1960. P. 48.

²⁹ Myrdal cita inúmeras vezes uma sentença que diz que “a pobreza torna-se sua própria causa”, para reforçar os efeitos cíclicos que a pobreza e o subdesenvolvimento podem ratificar (MYRDAL, 1960).

³⁰ MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Editora Saga, 1960.



ram numa espécie de receituário para o desenvolvimento, que parece ter influenciado diversas ações e políticas públicas mundo afora, sem as necessárias adaptações às diferentes realidades. Buscou-se valorizar exceções de desenvolvimento local, de forma irrefletida³¹. Foi desse excesso de valorização de poucos casos que surgiu uma espécie de ortodoxia regionalista que representaria solução para problemas de desenvolvimento, transformando ações focalizadas em políticas gerais, baseadas numa compreensão descontextualizada dos fenômenos ocorridos nas regiões bem-sucedidas. Desse modo, a “nova ortodoxia” teria levado a, por um lado, que as regiões, se vendo como atores, agissem num aspecto comunitarista, autorregulador, contrário aos mecanismos redistributivos dos modelos mais estatistas do pós-guerra; e por outro, a realizar capturas imprecisas da realidade³².

As transformações assistidas mais intensamente no último quartel do século XX aguçaram a noção de dualidade entre local e global. A chave de entrada aqui recai na discussão sobre qual seria o atual papel do Estado como indutor relevante de desenvolvimento. Incidiu sobre as regiões a obrigação de criar o ambiente propício para os investimentos das grandes empresas, reconfigurando as relações políticas em escalas meso e microrregionais e reconhecendo a capacidade inversionista de grandes empresas (em especial as multinacionais), não sendo o desenvolvimento baseado apenas em pequenas e médias corporações locais, ou na força política de um governo central³³. Ou seja, não se pode abrir mão de analisar todas as escalas de influência nas regiões, optando por assumi-las como entes autônomos de desenvolvimento. O desenvolvimento regional, principalmente em países em situação de relativo atraso de desenvolvimento, como no Brasil, é resultado das interações institucionais e corporativas, nas suas mais diversas esferas, que atuaram mais livremente com as transformações do regime de acumulação em sentido cada vez mais flexível.

³¹ AMIN, A. Una perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional, In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.

³² FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.

³³ FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.



O Estado e as transformações no regime de acumulação

A principal via de desenvolvimento da primeira metade do século XX era a industrial. Os modelos paradigmáticos de desenvolvimento, como o inglês, desenhavam uma trajetória em que a modernização dos campos fornecia capital e mão de obra para as florescentes indústrias urbanas, num sistema que se retroalimentou até o quase completo domínio da economia mundial por mais de um século por parte da coroa britânica. Também paradigmáticas foram as conquistas trabalhistas dos operários ingleses em termos de direitos políticos, civis e sociais³⁴.

No entanto, se conquistas pioneiras em termos de direitos e de desenvolvimento se deram na Inglaterra, foi nos Estados Unidos que um modelo produtivo atingiu um patamar superior em termos econômicos e políticos. O Fordismo, instaurado na planta da montadora norte-americana Ford, a partir de estudos científicos sobre maior produtividade com economia de tempo e de esforço, foi a base para o que viria a ser o grande paradigma em termos de trabalho e de desenvolvimento no mundo. Como já visto em outros estudos³⁵, o modelo produtivo que resultou em maior sucesso se desenvolveu a partir do implantado por Ford, mas com especificidades fundamentais, conforme constituído depois da crise de 1929.

No entanto, o fundamental aqui não é a organização fabril mais eficiente, mas o que ficou conhecido como “compromisso fordista”:

O regime de acumulação [fordista] pode assim ser resumido: uma produção de massa, com polarização crescente entre idealizadores qualificados e executantes sem qualificação, com mecanização crescente, que acarretava uma forte alta da produtividade (o produto por habitante) e alta do volume de bens de equipamento utilizado pelo trabalhador; uma repartição regular do valor agregado, isto é, um crescimento do poder aquisitivo dos assalariados paralelo ao crescimento de sua produtividade; e assim, *a taxa de lucros das firmas permanecia estável*, com a plena utilização das máquinas e com o pleno emprego dos trabalhadores³⁶. (grifo nosso)

³⁴ Ver MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. Edusp, 1996.

³⁵ BOYER, R. & FREYSSINET, M. *Los modelos productivos*. Editorial Fundamentos, Madrid, 2003

³⁶ LIPIETZ, A.: O fordismo periférico. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, nº10, v. 2, 1989. pp; 31-32.



Esse compromisso foi um dos principais alicerces para o chamado “círculo virtuoso do fordismo”³⁷, ou para o que Fourastié chamou de trinta anos gloriosos do capitalismo. Tratava-se de um compromisso tácito em que Estado, capitalistas e trabalhadores acordaram sua capacidade de renúncia de maneira a manter pujante o crescimento econômico dos países industrializados. Baseado na permanente expansão da produção e no aumento da produtividade, esse compromisso previa que os trabalhadores se habilitariam constantemente ao aumento da sua produtividade, contanto que os capitalistas se dispusessem a partilhar com eles decisões corporativas e lhes oferecessem parte nos ganhos que eles proporcionavam. Ao Estado caberia o papel de garantidor de demanda e afastador de incertezas, promovendo o Estado de bem-estar social. Saúde, educação, salário mínimo e seguro-desemprego figuravam na lista de atribuições do Estado para assegurar que mesmo em períodos de breves crises, as corporações e o emprego não sofreriam maiores abalos.

O dinamismo da acumulação permite uma rápida incorporação dos avanços tecnológicos, de sorte que a produtividade industrial progride muito rapidamente. Os ganhos correspondentes se difundem aos outros setores graças à evolução dos preços relativos, e sobretudo ao crescimento dos ingressos salariais nos ramos motrizes, [...]. Em consequência, o aumento das capacidades de produção e extensão do mercado interno vão, sensivelmente, juntos, uma vez que o compromisso salarial fordista codifica uma quase constância das regras de distribuição dos ganhos de produtividade. De um lado, o dinamismo salarial real alimenta o consumo, o que favorece a modernização dos ramos correspondentes, de acordo com um movimento que não podia intervir nos anos trinta[...]. De outro lado, o investimento industrial se encontra estimulado, uma vez que deve responder a uma demanda dinâmica: seu financiamento é fácil porque a taxa de lucro registra níveis sem precedentes sob o efeito da estabilização da distribuição de renda, a boa utilização das capacidades de produção e a racionalização do uso dos equipamentos³⁸ (tradução nossa).

Estado e capitalistas trabalhariam em compasso para a o crescimento econômico de seus países. Além disso, o Estado participava ativamente na economia, fosse como antecipador de incertezas ao capital (educação e qualificação de mão de obra, por exemplo), fosse através das inúmeras empresas de prestação de serviços, estratégia que,

³⁷ BOYER, R. *A teoria da regulação – uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

³⁸ (BOYER, R. *Le politique à l'ère de la mondialisation et de la finance: le point sur quelques recherches régulationnistes*. CEPREMAP, 1998. P. 11.



em muitos casos, chegou a companhias aéreas e indústrias automobilísticas. Aos trabalhadores, caberia impulsionar esse sistema com sua mão de obra, sua crescente produtividade, sendo isso tudo recompensado com participação no crescimento das empresas, além da tranquilidade para si e para as gerações futuras através dos benefícios sociais do Estado. Em linhas bastante gerais, essa é a fórmula do compromisso fordista que, em maior ou menor grau, quando bem sucedida, garantiu bem estar a todos os participantes e cuja gênese tratou-se acima. Segundo esse modelo, a atuação do ente estatal serviria também para desfazer desigualdades regionais, de maneira que a renúncia e os tributos de regiões mais desenvolvidas serviriam como financiadores das regiões menos desenvolvidas.

O fim do compromisso fordista se deu por vários aspectos, ao longo da década de 1970. Embora seja importante destacar elementos de condução política nacionais que auxiliam na explicação do desmanche fordista, alguns pontos comuns podem ser elencados para explicar a ascensão do regime liberal, que também nos auxilia na transposição dos eixos das políticas de desenvolvimento do nacional ou de larga escala, para o local, ou de média e pequena escalas. O Brasil é agente e paciente desse momento de transformações, como veremos no próximo tópico.

Um pressuposto da Escola da Regulação é de que as crises possuem pontos comuns, mesmo em momentos diferentes. Segundo Aglietta, por exemplo, durante os momentos mais agudos da crise do capitalismo, resultados recorrentes, como redução do crescimento econômico, aumento das dívidas públicas e redução de investimentos públicos foram observados. Este fenômeno foi visto tanto nos países europeus, quanto nos Estados Unidos³⁹, gerando reflexos em países em estágios intermediários de desenvolvimento. Segundo Robert Boyer, os problemas do modo de produção capitalista residem em seu próprio funcionamento. Com isso, análises institucionalistas demonstrariam que falhas na combinação de regimes de acumulação, modo de regulação e organização do trabalho incorreriam em “fissuras” críticas no modelo de desenvolvimento de determinado local⁴⁰.

³⁹ AGLIETTA, M. *Macroéconomie financière – I. Finances, croissance et cycles*. Paris : La Découverte, 2005.

⁴⁰ BOYER, R. *A teoria da regulação – uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.



É importante lembrar, entretanto, que o modelo desenvolvimentista quase hegemônico no período em questão foi concebido a partir de pressupostos de Keynes, de modo a evitar recessões, mas tinha suas próprias limitações em função de sua estratégia de necessária e permanente expansão. A competição internacional, os ganhos crescentes, ou, no sentido inverso, a redução dos ganhos dos trabalhadores, a limitação a recursos físicos ou financeiros etc. seriam barreiras à manutenção do fordismo, tanto de seu ponto de vista organizacional fabril, como do ponto de vista do regime de acumulação. A saída para essa situação crítica foi, na prática, pela via do fortalecimento do mercado financeiro, o que, a princípio, proporcionaria ganhos extremamente amplos aos capitalistas⁴¹.

Diversos problemas já surgiam na condução do fordismo ao longo dos anos 1960. A relativa tolerância com a inflação como controle de preços e reposição de lucros dos capitalistas em momentos de reposição salarial em altas de produtividade foi apontada por Bob Jessop⁴². Essa situação era tolerável nos casos de permanente crescimento econômico, mas quando o crescimento chegou ao limite, configurou-se a situação conhecida como estagflação: aumento da inflação sem crescimento econômico. Com isso, rompia-se o círculo virtuoso fordista, uma vez que se interrompiam tanto os ganhos através das vendas, quanto as reposições salariais sobre produtividade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, se impede que o Estado participe na garantia de benefícios e medidas contracíclicas, como no funcionamento “perfeito” do regime. A falta de crescimento econômico reduz a capacidade de o Estado promover seus mecanismos anticíclicos, gerando, assim, uma crise de regulação. Da parte das empresas, com a redução das margens de lucros, buscou-se cortes de benefícios adquiridos pelos funcionários, gerando uma série de protestos do trabalho organizado. De modo a reduzir custos, as indústrias iniciaram mais fortemente seus processos de reestruturação interna. Os benefícios do Estado de bem-estar enrijeceram os salários, dificultando a recuperação da acumulação por parte dos capitalistas.

Ao mesmo tempo, a queda no poder aquisitivo da população gerou uma demanda por produtos de mais baixo custo, como os vindos de países estrangeiros (principal-

⁴¹ HARVEY, D. *O enigma do capital*, São Paulo: Boitempo, 2011.

⁴² JESSOP, R. D. *The future of the capitalist state*. Malden: Polity Press, 2002.



mente de países em estágios mais atrasados de desenvolvimento, com utilização de mais mão de obra e menores investimentos intensivos em capital e tecnologia). Além disso, naqueles países que ainda conseguiram manter a demanda aquecida, a queda na produtividade, por falta de inversões por parte dos capitalistas, demissões etc., geraram uma demanda interna não satisfeita, que também buscariam fora das fronteiras seus bens.

A saída pela internacionalização reduziu a capacidade arrecadatória de tributos dos Estados. Além disso, ao romperem com a noção de um espaço produtivo nacional, criando laços internacionais de produção e fornecimento na busca pela redução de custos, muitas indústrias tornaram-se “locais”, como economias de enclave, mas com características de plataformas produtivas, mais integradas para fora das fronteiras nacionais do que para dentro, de forma horizontal⁴³.

Essa primeira conjugação de fatores aqui exposta para a crise do Estado de bem-estar social e para a regulação fordista apontou para dois caminhos que levavam à ruptura do compromisso anterior, aguçando contradições internas do modelo:

O salário (tanto o individual quanto o social) passou a ser visto, correta ou erradamente, como um custo internacional de produção, ao invés de uma fonte de demanda interna; e o dinheiro agora cada vez mais circulava como moeda internacional [*internationalcurrency*] e capital *offshore*, minando, com isso, o gerenciamento da demanda keynesiana em nível nacional e, eventualmente, forçando Estados a abandonarem suas tentativas de manterem fixas suas taxas de troca. Essa mudança [...] está relacionada à tendência da dinâmica do capital industrial de ser subordinado à lógica fluida do capital financeiro e a tendência de os retornos do capital dinheiro excederem àqueles do capital produtivo. Mas essa mudança na dominação econômica dentro dos circuitos do capital está ainda sujeita, claro, ao princípio da determinação econômica da performance de longo curso do capital produtivo⁴⁴. (tradução nossa).

Outro elemento importante foi a mudança nos padrões de produção, consumo e circulação, gerando novos padrões mais flexíveis nesses campos, e mesmo no campo da organização social. Esse aspecto ganhou muita força em grandes centros acadêmicos e instituições internacionais, chegando a mesmo a ser “vendido” como solução para países em estágio de alta inflação e baixo crescimento. Podemos afirmar que, em graus diferentes, os países desenvolvidos do centro e os países em desenvolvimento (periféri-

⁴³ JESSOP, R. D. *The future of the capitalist state*. Malden: Polity Press, 2002.

⁴⁴ JESSOP, R. D. *The future of the capitalist state*. Malden: Polity Press, 2002. P. 83.



cos e semi-periféricos) acabaram por adotar o regime de acumulação flexível (também chamado de neoliberalismo). No Chile, Inglaterra e Estados Unidos, essa adoção se deu ao longo dos anos 1970. No Brasil e em alguns países vizinhos, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990⁴⁵.

O Brasil

Neste tópico, é apresentado brevemente o desenvolvimento brasileiro dividido em três grandes momentos: o primeiro, em que, embora vigorasse publicamente o liberalismo econômico, o Estado foi extremamente ativo na proteção de seu principal produto, o café; o segundo, quando o país passa a buscar o desenvolvimento de suas indústrias de bens de produção e de bens duráveis, consolidando o desenvolvimentismo à moda nacional, com a formação do fordismo periférico; por fim, o desmanche desenvolvimentista, com a adoção do regime de acumulação flexível e a alteração em definitivo da escala estratégica de desenvolvimento⁴⁶.

O Brasil patrocinou seu primeiro processo de industrialização com capital acumulado das lavouras de café⁴⁷. Nas duas primeiras décadas do século XX, os empresários do setor diversificaram seus investimentos, com inversões em indústrias de bens de consumo, importação de máquinas e, por muitas vezes, empregando a mão-de-obra imigrante que chegava ao país (majoritariamente Rio de Janeiro e São Paulo). Esse movimento obteve relativo sucesso na virada do século XIX para o século XX e nas duas primeiras décadas do século, muito em função da conjuntura extremamente favorável para os produtores, em função de crises nos países concorrentes⁴⁸.

⁴⁵ ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999. ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo, In: BORÓN, A.; GENTILI, P.; SADER, E (org.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.

⁴⁶ Embora muitos estudos busquem afirmar que houve uma gradual redução da participação do Estado na condução econômica brasileira, adotamos aqui apenas parcialmente essa ideia. Defendemos que o Estado brasileiro, mesmo na década de 1990, optou “conscientemente” por abandonar determinadas funções para se concentrar apenas nas suas áreas de interesse principal, tendo agido por estratégia política.

⁴⁷ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959].

⁴⁸ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959].



Embora possamos inserir o fim da hegemonia cafeeira brasileira num período de economia liberal, os produtores gozavam de amplas vantagens junto ao governo central. Mesmo assim, como todos os produtos de exportação dos países periféricos, o café sofreu com os revezes da crise de 1929 e, pouco depois, com a Segunda Guerra Mundial. Em função dos efeitos internos do momento internacional, ficou praticamente impossível manter uma política central de defesa dos interesses cafeeiros⁴⁹.

Além da crise das commodities brasileiras, os processos de inversão industrial brasileiros eram extremamente concentrados no eixo Rio-São Paulo. “Os complexos regionais eram pouco integrados, tendo cada região sua ‘própria’ economia”⁵⁰. Não havia bons meios de comunicação ou de transportes que favorecessem o intercâmbio regional. Se “(...)isso fez com que, pelo menos até 1929, as indústrias mais expressivas de cada região pudessem existir sem maior competição”⁵¹, fez também com que operassem sem grande acesso a outros importantes mercados brasileiros. Algumas regiões obtiveram graus intermediários de desenvolvimento, como os casos da Bahia, do Paraná, em função da não-integração do mercado⁵².

A crise de 1929 acelerou diversos processos no Brasil. A perda permanente de metais nacionais na defesa do principal produto de exportação⁵³, dentre diversos outros fatores, impulsionaram a revolução de 1930, que, ao longo de sua consolidação, diversificaria, em parte, a face urbana do Brasil.

A recuperação do Brasil pós-crise se deu aos poucos. O café passou a ter uma dinâmica isolada que nem trouxe totalmente seus benefícios para a economia nacional, nem, tampouco, conseguiu aproveitar os efeitos positivos da recuperação econômica, principalmente após o ano de 1934⁵⁴. Esse período representou um importante salto logrado pelo setor industrial brasileiro – ainda com pouca diversidade, mas em expan-

⁴⁹ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959].

⁵⁰ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 59.

⁵¹ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 60.

⁵² DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁵³ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959].

⁵⁴ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959].



são. Data desse período o início do processo de substituição de importações⁵⁵, que se consolidaria com maior força durante a Segunda Guerra Mundial, quando o setor ligado ao mercado nacional passou a ser preponderante na formação de capital (Idem, ibidem). Esse processo é importante porque, apesar da constituição observada de um modelo centro-periferia, o desenvolvimento de fatores endógenos foi fundamental para o crescimento da economia brasileira⁵⁶. Sobre esse processo, que foi observado também em diversos países periféricos, afirma Maria da Conceição Tavares:

O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante em nossos países; apenas houve uma mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários⁵⁷.

Com o desenvolvimento dos fatores nacionais de produção, as grandes indústrias de bens duráveis concentraram-se pouco a pouco na região sudeste, mas cada vez mais em São Paulo⁵⁸.

Com a ocupação da após a crise de 1929⁵⁹ e o uso de elementos de política cambial para favorecer a importação de maquinário, acabou-se transbordando na geração de manufaturas de ferramentas para esse maquinário. O Estado teve participação direta nesse processo, não só nas indústrias básicas, como nas de bens de consumo⁶⁰. Em relação ao campo político, pode-se dizer que o processo de industrialização foi absorvido pelo poder central, centralizando as estratégias de desenvolvimento e a legislação traba-

⁵⁵ “Em suma, o ‘processo de substituição das importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.” (TAVARES, 1998: 225)

⁵⁶ FURTADO, C. *O Brasil pós- “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁵⁷ TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 224.

⁵⁸ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.

⁵⁹ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.

⁶⁰ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959]. CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973].



lhist. Como resultado, uma classe operária urbana foi parcialmente integrada o processo político⁶¹.

O Estado brasileiro passou, nesse período (mais fortemente ao final da década de 1930 e início dos anos 1940), a ter grande participação na condução da rotina econômica brasileira, no que foi também chamado de Estado-patrão⁶². Aliás, mesmo quando se trata de investimentos induzidos pelo mercado, deles não se pode dizer espontâneos, uma vez que são resultados de decisões de política econômica, de comércio exterior, que têm por capacidade alterar o sistema de preços relativos, transformando a capacidade produtiva⁶³.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, além dos empregos de serviços no setor público, o governo brasileiro já havia construído a Companhia Siderúrgica Nacional, com transferência de tecnologia norte-americana, que chegou, em seus melhores momentos, a empregar mais de 15 mil funcionários. No entanto, “se é certo que essa aliança favoreceu o nacionalismo e o estatismo, isso de modo algum exclui a participação do setor privado, que investiu cada vez mais no setor interno, pois o Estado através de sua atividade consolida o mercado nacional”⁶⁴.

Esse modelo assentado nas três principais forças econômicas que atuavam no país, capital estrangeiro, capital nacional e Estado, vigeu por alguns anos, com um intervalo no imediato pós-Guerra, durante o Governo do general Gaspar Dutra. Nesse momento, o fluxo de renda aumentou muito mais do que a quantidade de bens e serviços a consumir no país. Essa questão se inverteria no imediato pós-Guerra, quando o país fez uma opção ao consumo de bens importados, por muitas vezes bens supérfluos, auxiliada por uma política de supervalorização cambial. O resultado desse processo foi o consumo da poupança interna e o conseqüente aumento da concentração de renda. Até 1953, a referida política cambial que barateou os equipamentos importados, favoreceu

⁶¹ O nacional-populismo teria unido as massas urbanas da industrialização ao novo esquema de poder, além de agregar essas massas a um modelo sindical tutelado que não afetou o setor rural e nem as massas marginais urbanas. CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973]. ver também ERICKSON, 1979)

⁶² CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973].

⁶³ TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 224.

⁶⁴ CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973]. P. 139.



bastante a acumulação industrial. A reforma cambial de 1953, instituindo o sistema de taxas múltiplas de câmbio, não só dava continuidade àquele privilégio como elevava as margens de proteção à indústria, principalmente de bens de consumo⁶⁵. É desse período também o grande salto das empresas siderúrgicas, o que permitiu, em determinado momento, que o estado de Minas Gerais, por exemplo, tivesse crescimento econômico maior que o de São Paulo⁶⁶.

O pleno emprego no centro cíclico (à época, os Estados Unidos) fazia com que se adquirisse vantagens a exportar, sendo, no entanto, necessário importar de países de moedas mais enfraquecidas, ou seguir no processo de substituição de importações. No entanto, as opções feitas caminharam para outro sentido, privilegiando indústrias de bens de consumo duráveis sem desenvolvimento de uma tecnologia nacional, o que forçava a utilização da poupança nacional em consumo, além de aumentar a disparidade inter-classes, oferecendo mais bens de consumo às classes mais altas e dificultando a transferência da renda para as classes mais baixas⁶⁷. O centro industrial brasileiro já havia se desenvolvido e urbanizado bastante, acentuando ainda mais as disparidades em relação à periferia nacional. As políticas regionalizadas se limitavam a ações pontuais em função de grandes catástrofes no Nordeste e pouco ou quase nada havia que ligasse o centro (basicamente Rio, São Paulo e Minas) à região Norte. Ao fim do segundo go-

65 O país viu, nesse período, ainda mais crescimento na indústria, chegando a 9% no período de 1947-55. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. No período de 1939-49, o Brasil obteve crescimento praticamente em todos os estados, com diversos deles em ritmo muito acelerado, ultrapassando, por vezes, o crescimento observado em São Paulo. De fato, o Produto Interno Bruto brasileiro triplicou entre 1919 e 1939. Só no decênio de 39/49 o PIB dobrou. Mesmo as regiões “periféricas” do país chegaram próximo disso (CANO, 1998). Isoladamente, São Paulo quadruplicou seu parque industrial em relação à segunda década do século XX, com crescimento ainda mais acelerado no decênio 39-49. Mais especificamente no Rio de Janeiro e na Guanabara, o crescimento se observou pautado nas indústrias de base recém instaladas, para o primeiro, tendo sido visto também enorme aumento de excedente de produtividade por operário no então estado da Guanabara CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.

66 Ao lado do esforço de ‘substituição de importações’ de produtos metálicos, que imprimia o ritmo dos ramos de mecânica, material de transporte e material elétrico, derivando importantes ‘efeitos para trás’ e expandindo consideravelmente o ramo metalúrgico, o processo de urbanização do país, principalmente a partir do início da década de 40, forçava a expansão industrial mais diretamente a ele relacionado, ou seja, cimento, madeira, vidro, cerâmica e outros produtos demandados pela construção civil e pelas obras públicas. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 78.

67 PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Record, 2000.



verno de Vargas, o centro hegemônico brasileiro já contava com ampla malha ferroviária, indústrias de base e seu próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Apesar disso,

a instalação da rede de bancos de desenvolvimento do Estado, em particular a criação do BNDE, e as transferências de recursos implícitas nas políticas de câmbio e fiscal permitiram ampliar a base do sistema industrial; mas não asseguravam a reprodução desse sistema de estrutura bem mais complexa, em que grande parte das indústrias trabalham para outras indústrias, com exigências maiores na imobilização de estoques. O avanço alcançado pela industrialização brasileira estava impondo exigências no plano financeiro: o esforço de poupança interna devia por uma ou por outra forma ser aumentado. Na falta dessa modificação estrutural, todo esforço tendente a utilizar plenamente a capacidade produtiva existente deveria engendrar pressões inflacionárias⁶⁸.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, a pressão inflacionária seria ainda maior, deflagrando um processo que perduraria por quase toda a segunda metade do século XX. Com JK, chegam também ao poder as políticas de desenvolvimento dependente de nova configuração, incluindo setores médios urbanos e deixando de lado alguns elementos mais tradicionais da aliança⁶⁹, típicas do capitalismo periférico latino-americano⁷⁰. O Brasil enquadrava-se, também, num momento histórico mundial de alinhamento – desde o fim das Segundo Guerra Mundial – às potências capitalistas durante a Guerra Fria⁷¹.

O que se observou ao longo dos anos anteriores, mas principalmente com a implantação do Plano de Metas na segunda metade da década de 1950, foi um constante e robusto crescimento do estado de São Paulo, ora acompanhado por alguns, ora por outros estados, que obtiveram destaque em momentos singulares da primeira metade do século XX. Estados como o Rio de Janeiro passaram por bons momentos e chegaram mesmo a acompanhar São Paulo ao longo de algumas décadas em seu ritmo de crescimento econômico. Diferentemente, diversos estados com apenas alguns lampejos observaram bolhas de crescimento que seriam solapadas nas décadas seguintes, ora pela

⁶⁸ FURTADO, C. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp. 33-34.

⁶⁹ CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973].

⁷⁰ Para Fiori, além disso, eram “estratégias desenvolvimentistas de natureza extremamente conservadoras, autoritárias e anti-sociais.” (FIORI, 1999: 26)

⁷¹ ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.



concentração de investimentos, ora mesmo por políticas oficiais de desenvolvimento⁷². O modelo centro-periferia interno se consolidou no período em que vigorou a teoria desenvolvimentista keynesiana. Buscava-se, de modo geral, um efeito acumulativo de escala e aglomeração somado a efeitos de demanda induzida⁷³. Não é estranho a diversos outros modelos de desenvolvimento de países periféricos a reprodução de centros e periferias nacionais.

De modo geral, todo o Brasil alcançou crescimento em função do desenvolvimento dos grupos industriais de bens intermediários e de consumo duráveis, tendo sido o Rio de Janeiro e o estado da Guanabara dois dos mais favorecidos pelo desenvolvimento do último grupo. Os dois estados viram seu crescimento aumentar em função da implantação e da “forte concentração da indústria de construção naval e [d]a instalação de alguns segmentos da indústria mecânica e do material elétrico”⁷⁴, efeitos do Plano de Metas⁷⁵ do Governo Federal. Já no fim da década de 1950, a estrutura produtiva brasileira havia se alterado, tendo o setor metal-mecânico chegado ao primeiro lugar em participação no PIB. O Brasil aumentou sua produção de bens de capital em quase 100% na década de 1950, suprimindo dois terços da necessidade nacional⁷⁶.

⁷² CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.

⁷³ DINIZ, C.; CROCCO, M. (orgs.). *Economia regional e urbana – contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Desenvolvendo o tema, Lemos acrescenta um dado importante à análise: “Ao contrário das regiões centrais, a decisão de investimento em áreas subdesenvolvidas com base em novas oportunidades tecnológicas é bem limitada. Como os empresários nestas áreas investem, em grande medida, a partir da apropriação das tecnologias geradas nas economias centrais, as oportunidades de negócios são mais direcionadas para a abertura de novos mercados não oriundos da introdução de novas tecnologias. No entanto, a incerteza neste ambiente de negócios é maior e o investimento não ocorrerá se não for induzido, ou seja, se não houver uma redução da incerteza da demanda esperada.” LEMOS, M. B. Desenvolvimento Econômico e a Regionalização do Território. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (orgs.): *Economia regional e urbana – contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. P. 176.

⁷⁴ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 86.

⁷⁵ O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek teve efeito importante no setor industrial brasileiro, principalmente em relação à indústria automobilística, que foram rapidamente sentidos, direta e indiretamente. Segundo Wilson Cano: “A implantação da indústria nacional de veículos a partir de 1957 e o subsídio cambial aos derivados de petróleo, dada a ausência de uma reorganização profunda dos serviços ferroviários e de cabotagem, deram ao setor rodoviário a supremacia no transporte de carga: ao final da década de 1960 já perfazia $\frac{3}{4}$ do transporte de carga do país.” CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 180.

⁷⁶ FURTADO, C. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.



Em relação às reservas brasileiras, o país havia recuperado parte da poupança interna durante os anos anteriores a JK, e essa poupança vinha sendo usada em gastos com infra-estrutura e na tentativa de integração de mercados⁷⁷. No entanto,

O aumento considerável do investimento público não reprodutivo que acompanha a construção de Brasília, na segunda metade dos anos 50, produz um estreitamento da capacidade de financiamento criada no começo do decênio. As tensões inflacionárias que daí resultam e a instabilidade política que se segue limitam, ademais, o acesso a recursos financeiros externos. As possibilidades de crescimento da atividade industrial, dentro do quadro estrutural existente, reduzem-se consideravelmente, entrando a economia numa fase de turbulência e de subutilização da capacidade produtiva.⁷⁸

Esses, porém, não foram os únicos problemas enfrentados pelo país no período. A excessiva redução do percentual de importações de duráveis e mesmo de alimentos, alta dependência do mercado interno “em razão do atraso relativo do setor produtor de bens de capital, o declínio do coeficiente de importação” resultaram, em contrapartida, “na redução da capacidade de autotransformação do sistema econômico” (Idem, *ibidem*: 34). Como coloca Tavares⁷⁹, problemas de ordem interna e externa tendem a se avolumar, freando o processo de desenvolvimento interno.

As opções do Governo Federal haviam sido no sentido de abrir o mercado brasileiro às empresas estrangeiras. Os reflexos dessa questão no cotidiano brasileiro, entretanto, foram sentidos pelas classes menos abastadas (a grande maioria da população) e pelas regiões menos integradas⁸⁰. Deu-se às minorias mais ricas acesso ao consumo de bens importados ou produzidos por fábricas estrangeiras, transferindo às empresas

⁷⁷ FURTADO, C. *O Brasil pós- “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁷⁸ Acrescido a isso, o consumo da poupança interna gerou problemas para a compra de bens de consumo duráveis, principalmente nas classes em que a aquisição de crédito é mais difícil. O próprio Furtado alerta que “como a venda dos bens de consumo duráveis se realiza a crédito, e como a demanda destes cresce mais rapidamente que o produto, a poupança disponível para os investimentos reprodutivos tende a decrescer, a menos que o coeficiente de poupança esteja ele mesmo em elevação.” FURTADO, C. *O Brasil pós- “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 35.

⁷⁹ TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁸⁰ Um revés que foi bastante sentido foi o aumento da desigualdade inter-regional. Segundo Cano: “(...) ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não na de todos; participar do ‘mercado nacional aberto’ significa também ‘abrir o mercado regional’. Dessa forma, a integração proporcionaria *efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição*.” CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 181.



transnacionais o controle do processo de desenvolvimento do Brasil⁸¹. Isso é importante porque, nos anos que se seguiram ao Governo JK e às incertezas geradas pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, foram os grandes industriais mundiais, numa articulação com as elites capitalistas brasileiras e com as elites políticas brasileiras, no que podemos chamar de “elite orgânica”, que conduziram política e economicamente o país desde então⁸².

Politicamente, o modelo populista desenvolvimentista chegara ao seus limites, sem que o Estado tivesse a capacidade de assegurar crédito e renda a todos num projeto nacional direcionado. Além disso, o modelo de substituição de importações esbarrava nos gargalos estruturais brasileiros, em função de baixo ou nulo investimento em desenvolvimento de tecnologia, que acabava sendo também necessário para reprodução do capital privado brasileiro⁸³. Com essa situação, a aliança nacional se desfez momentaneamente, isolando o Estado brasileiro (à época tendo como chefe Goulart) e reagrupando as oligarquias agroexportadoras, os setores urbanos e os industriais⁸⁴, que acabaram por lançar mão das forças militares para garantirem seus interesses⁸⁵. O que se deu no Brasil, subseqüentemente, foi uma opção à abertura econômica controlada aos setores externos e a um nacionalismo político e social. A opção mais clara de saída da dependência externa, qual seja, optando pelo investimento a fundo perdido em pesquisa e desenvolvimento nacionais, de maneira a internalizar tecnologia foram ignoradas, deixando o país ainda mais crescentemente dependente do crédito internacional.

Durante o período ditatorial, os eixos de desenvolvimento continuavam sendo traçados diretamente do Governo Federal. Os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, pautados pelo endividamento externo para financiar obras de infraestrutura, tiveram resultados distintos. A capacidade de endividamento, e, portanto, de planejamento do desenvolvimento local, por parte de estados e municípios era totalmente tutelada pela

⁸¹ FURTADO, C. *O Brasil pós- “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁸² DREIFUSS, R.A. *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁸³ CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973]. FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Sobre o tema, ver DREIFUSS, R.A. *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.



presidência, que ainda tinha a força para privilegiar aliados arenistas⁸⁶. Se, entre 1969 e 1972, o Brasil obteve crescimentos astronômicos em sua economia, mesmo tendo por base altos custos sociais, a partir de 1974, uma sucessão de erros administrativos conduziu o país a uma grave crise que se agudizou na década de 1980 e atingiu limites insustentáveis no início da década de 1990. O descontrole fiscal da ditadura, aliado a pressões internacionais e demandas sociais reprimidas, iniciou o processo de desmanche do fordismo periférico, um modelo fordista de operariado fortalecido em termos relativos, mas com um estado de bem-estar social bastante incipiente⁸⁷.

De modo a mitigar os efeitos do desequilíbrio do desenvolvimento nacional, o Governo Federal instituiu as duas políticas regionais pioneiras do Brasil, com ações direcionadas. Embora inicialmente voltadas para solução de problemas de curto prazo, foram essas ações que criaram, por exemplo, a Zona Franca de Manaus⁸⁸, a SUDAM e a SUDENE.

Ao chegar o país na última transição do período militar, num cenário de inflação e dívida altas, além de crises trabalhistas que rompiam a própria barreira do silêncio imposta pela ditadura, o mundo ocidental já começava a aceitar pontos da política neoclássica, alterando o papel do Estado e dos mercados na condução das economias nacionais. O Brasil também entraria nessa transição, que vigoraria durante os anos 1980 para se consubstanciar-se em reformas econômicas de relevo no país nos anos 1990.

⁸⁶ APPY, B. Questão fiscal: crise e concentração de renda, In: IRES/DESEP: *Crise brasileira – anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: Cajamar, 1993.

⁸⁷ Como posto por Furtado, durante o período crítico: “Posto que o serviço da dívida externa compete com os investimentos na absorção de poupança, se esse serviço cresce mais do que o Produto a taxa de investimento deverá declinar. Essa situação se vem evitando mediante o refinanciamento permanente da dívida. Ora, esse refinanciamento engendra uma carga financeira que hipoteca o futuro do país. Por outro lado, já não é possível manter a taxa de investimento sem continuar a aprofundar o endividamento. Portanto, o problema que se apresenta ao país é de como escapar a essa engrenagem sem levar a economia à estagnação e *sem abrir mão da autonomia de decisão*.” FURTADO, C. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp. 55-56. (grifos meus).

⁸⁸ “Durante a crise (1963/67) e, de certa forma, no início da fase de recuperação, essa política contou com pleno apoio governamental e privado, como o demonstram as leis de incentivos federais (complementados com algumas estaduais e municipais) aprovadas a partir de 1961 para o NE; de 1963 para a Amazônia; de 1967 para a constituição da Zona Franca de Manaus, e a partir de 1969 para o desenvolvimento do ES.” CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 88.



Cenário Produtivo do Brasil pós-1980: abertura e flexibilização

Durante essas últimas décadas o Brasil foi, inicialmente aos poucos, posteriormente em alta velocidade, aderindo aos preceitos neoliberais, por inúmeras razões. O legado da ditadura era crítico em termos políticos, sociais e econômicos. A dívida externa e a dívida pública atingiam níveis insuportáveis, somados à inflação praticamente incontrolável⁸⁹. “Na entrada dos anos oitenta o Brasil fora submetido a um choque gigantesco, produzido simultaneamente pela alta da taxa de juros internacional e dos preços do petróleo e pela queda do preço de suas exportações, seguida pelo afastamento do país do sistema financeiro internacional”⁹⁰. No entanto, para os neoclássicos, o problema brasileiro – e de vários dos países em desenvolvimento – fora o “populismo macroeconômico” dos militares (no nosso caso) e o comportamento de empresários *rent-seeking*. Essas foram, ainda segundo Fiori⁹¹, algumas das bravatas que ajudaram a rearticular o grupo neoclássico em torno dos pressupostos do Consenso de Washington. Além disso, foi a partir daí que se objetivou o processo de modificação do papel do Estado e de seus mecanismos de intervenção no processo econômico⁹².

No caso brasileiro, diversas reformas de caráter liberal foram aprovadas em Congresso, principalmente durante o primeiro governo de Cardoso. Os dirigentes da economia brasileira decidiram, então, abrir os mercados nacionais para produtos e empresas estrangeiras, com pouca ou nenhuma restrição, “causando sérios efeitos destruidores em várias linhas de produção industrial”⁹³, inclusive em locais onde as primeiras

⁸⁹ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.

⁹⁰ FIORI, José Luís. (Org.): *Estados e Moedas, no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: EditoraVozes, 1999. P. 32.

⁹¹ FIORI, José Luís. (Org.): *Estados e Moedas, no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: EditoraVozes, 1999.

⁹² Na visão de José Luís Fiori: “Por fim, ainda foi a força declinante dessas idéias [desenvolvimentistas] que conseguiu imobilizar a reação das classes dominantes frente à decisão política do governo de assinar o acordo com o FMI e o BIS, definindo de maneira rigorosa como o país deverá ser governado durante os próximos anos, independentemente de quem o esteja administrando.” (FIORI, 1999: 32)

⁹³ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998. P. 331.



políticas de desenvolvimento regional haviam sido ensejadas, como a Zona Franca de Manaus.⁹⁴

É no contexto citado que podemos identificar o terceiro momento da presente análise. Aqui, a opção pela redução das barreiras de fluxos e fixos, aliada a uma política de austeridade macroeconômica se coaduna a uma postura totalmente nova na política federativa brasileira. A capacidade de endividamento dos estados e municípios é aumentada, e o país se favorece da facilitação de investimentos diretos estrangeiros localizados. Diferente das grandes diretrizes de desenvolvimento assistidas até então, frutos de estratégias centrais de desenvolvimento, passa a ser de responsabilidade de estados e municípios a atração de novos investimentos. A cada novo anúncio de intenção de investimento no Brasil, governos de escalas subnacionais ofereciam terrenos, isenções fiscais, instalação de infraestrutura, dentre diversos outros benefícios a perder de vista, para que as novas indústrias se instalassem em suas regiões. Esse movimento de disputa inter-federativa, cujo componente principal foi chamado de “guerra fiscal”, é atizado pela decisão do Governo Federal de abrir mão completamente da sua capacidade de árbitro da federação⁹⁵, numa inédita posição federativa ao extremo. Esse movimento, que inicialmente gerou certa descentralização produtiva no país num curto prazo, foi responsável por uma reconcentração industrial no médio prazo, em função da limitada capacidade de renúncia de estados e municípios de regiões não-centrais.

Talvez nesse sentido, o Ministério da Integração Nacional, em 2007, em parceria com outros órgãos de Estado, decidiu fixar a escala mesorregional como o foco das po-

⁹⁴ Sobre esse momento, Pacheco acrescenta: “O impacto da abertura comercial foi extremamente significativo, tendo induzido um movimento de intensa reestruturação, ainda que muitas vezes de natureza defensiva, voltada mais para a redução de custos, com externalização de atividades secundárias e corte de pessoal. De qualquer forma, a exigência de readequação do setor, impulsionada também pela convivência de modelos importados em contraposição à produção doméstica, acabou por tirar o setor da letargia que se encontrava”. PACHECO, C.A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. Na visão de Fiori, ao partir para uma opção no sentido liberal, o Brasil e diversos países do mundo tomaram empréstimos na tentativa de equilibrar suas balanças de pagamentos e de amortizar dívidas públicas. Alguns pontos dos constantes acordos firmados ao longo dos anos 1990 incluem a renúncia ao controle do fluxo de capitais e/ou mudanças nas leis sobre remessas de lucros, controle das reservas através da alta de juros, além de repassar ao FED o controle das reservas, caso caíssem abaixo dos US\$ 20 bilhões, na tentativa de evitar uma moratória. Como coloca Fiori, “seria ingenuidade querer que tivesse, nessas condições, uma política externa autônoma”. FIORI, José Luís. (Org.): *Estados e Moedas, no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. P. 33.

⁹⁵ DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. no.18, p.95-107. ISSN 0104-4478, Curitiba: 2002.



líticas de desenvolvimento nacional, num esforço de normatizar e criar diretrizes para tanto⁹⁶, em esforço também para extinguir a luta fratricida dos entes federados.

Considerações finais

A leitura que foi feita aqui, no sentido de uma breve reconstrução da história econômica brasileira no século XX, se propôs a demonstrar que os esforços de desenvolvimento nacional mudaram seu eixo estratégico em consonância com as alterações no regime de acumulação capitalista. No período de expansão do compromisso fordista, de linhagem desenvolvimentista, tivemos no Brasil esforços nacionais de desenvolvimento, embora fragilmente integrado. Um crescimento do centro para a periferia, baseado na vinda de indústrias de bens duráveis e de bens de produção, em substituição ao modelo exportador de commodities anterior. No momento do desmonte do compromisso fordista e da adoção do regime de acumulação flexível, os estados e municípios também ganharam “liberdade” para manipular suas alíquotas de impostos e oferecer condições favoráveis para a vinda de investimentos diretos estrangeiros. Foi também o momento em o Estado optou, por abrir mão da arbitragem federativa, deixando as unidades subnacionais em disputa interna.

O momento atual é de certo hibridismo entre as duas posições. Principalmente nos dois governos de Lula da Silva, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social atuou como um braço do estado na remoção de obstáculos ao desenvolvimento, embora em termos monetários e fiscais o Governo Federal não tenha desistido das políticas de austeridade, consolidadas no auge do período liberal. Compreendeu-se a importância fundamental do investimento em infraestrutura integrativa para o país. Eixos de desenvolvimento, como a saída para o Pacífico e a Ferrovia Norte-Sul, além da transposição do Rio São Francisco, são esforços do Governo Federal para guiar novas áreas de desenvolvimento, mas a permanência de relativa liberdade fiscal por parte de estados e municípios e a lentidão da conclusão das obras não permitiram desmanchar de todo a herança do período da guerra fiscal, que ainda possibilita o desenvolvimento de vários

⁹⁶ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Decreto 6047, 2007.



estados, enquanto outros, que optaram por não renunciar a seus instrumentos tributários, padecem em termos de aquisição de novos investimentos. Não é incomum que fronteiras entre estados sejam também marcos da descontinuidade física do nosso desenvolvimento. Se o Nordeste brasileiro aproveitou o período de expansão econômica para estabelecer índices fortes de crescimento econômico, estados tradicionais, como Minas Gerais, ficaram presos aos seus produtos mais tradicionais, apoiados em altas taxas de ICMS e de outros tributos, numa opção pelo controle fiscal de forma defensiva. Não é incomum, tampouco, que unidades da federação voltem seu desenvolvimento para fora, num novo desenho de enclaves econômicos. As disparidades econômicas no Brasil ainda são bastante fortes, e os esforços para sua redução ainda carecem de mais tempo de maturação para que deem resultado.

Referências:

- AGLIETTA, M. *Macroéconomie financière – 1. Finances, croissance et cycles*. Paris : La Découverte, 2005.
- AMIN, A. Una perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional, In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.
- AMSDEN, Alice H. *The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo, In: BORÓN, A.; GENTILI, P.; SADER, E (org.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.
- APPY, B. Questão fiscal: crise e concentração de renda, In: IRES/DESEP: *Crise brasileira – anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: Cajamar, 1993.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. Edusp, 1996.
- BOYER, R. *A teoria da regulação – uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. *Le politique à l'ère de la mondialisation et de la finance: le point sur quelques recherches régulationnistes*. CEPREMAP, 1998.
- _____; FREYSSINET, M. *Los modelos productivos*. Editorial Fundamentos, Madrid, 2003.
- BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado, Curitiba, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n.107, jul/dez 2004.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Decreto 6047, 2007.



- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004 [1973].
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- DINIZ, C.; CROCCO, M. (orgs.). *Economia regional e urbana – contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DREIFUSS, R.A. *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.
- DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. no.18, p.95-107. ISSN 0104-4478, Curitiba: 2002.
- _____. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- ERICKSON, K.P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.
- FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.
- FIORI, José Luís. (Org.): *Estados e Moedas, no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FRIEDMAN, J. A general theory of polarized development, In: THE FORD FOUNDATION: *Urban and regional advisory program in Chile*. Santiago, The Ford Foundation, 1967.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980[1959].
- _____. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003[1973].
- _____. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspectives – a book of essays*. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1962.
- HARVEY, D. *O enigma do capital*, São Paulo: Boitempo, 2011.
- JESSOP, R. D. *The future of the capitalist state*. Malden: Polity Press, 2002.
- KOTHARI, R. *Rethinking Development: In Search Of Humane Alternatives*, Nova Iorque: New York Press, 1989.
- LEMONS, M. B. Desenvolvimento Econômico e a Regionalização do Território. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (orgs.): *Economia regional e urbana – contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LIPIETZ, A.: O fordismo periférico. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, nº10, v. 2, 1989.
- MACLEOD, G. El replanteo del Nuevo Regionalismo: globalización y la nueva versión del espacio económico político. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. *Repensando el desarrollo regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.



- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Editora Saga, 1960.
- PAASI, A. *Re-constructing regions and regional identity*. Nijmegen: NethurLecture, 2000.
- PACHECO, C.A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- PINTO, L. A. C. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1945.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Record, 2000.
- SUNKEL, O.; PAZ, P. *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum. 1974.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.